

Europa, América Latina e Caribe: nova parceria para o futuro

» ALICIA BÁRCENA,
Secretária-Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), das Nações Unidas

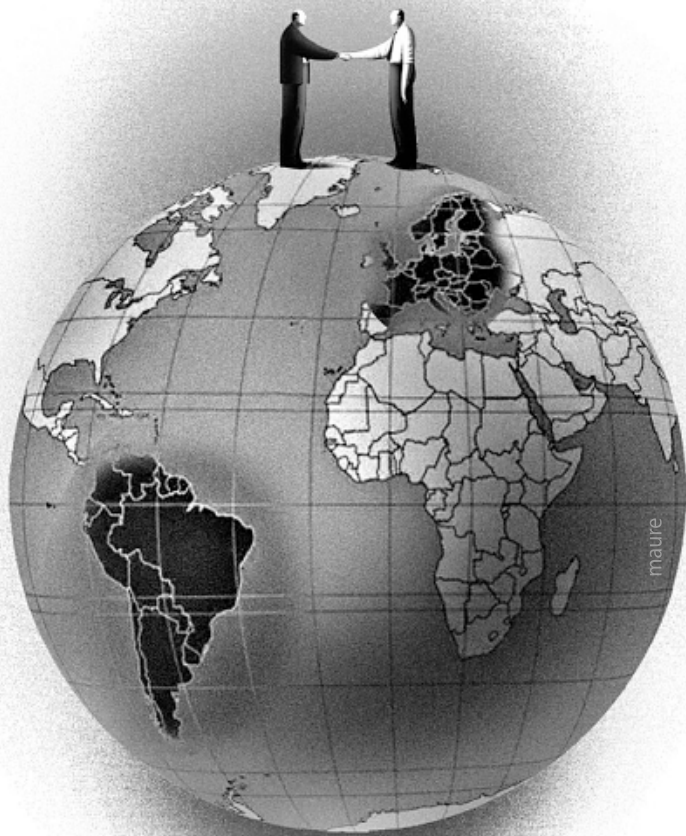
» JUTTA URPIAINEN
Comissária das Parcerias Internacionais da Comissão Europeia

A recuperação da crise da covid-19 é um desafio mundial. Nenhum país, nenhuma região, nenhum continente pode enfrentar sozinho esse desafio. Por conseguinte, é natural que a União Europeia, a América Latina e o Caribe reforcem a nossa parceria estratégica rumo a um mundo mais sustentável, inclusivo e equitativo. O custo humano da pandemia da covid-19 em nossas regiões tem sido altamente elevado. Até o dia 15 de junho de 2021, 732.000 pessoas perderam a vida na União Europeia e 1.210.000 pessoas na América Latina e no Caribe.

A covid-19 também empurrou a América Latina e o Caribe para a sua pior recessão econômica em 120 anos, levando mais de um terço dos seus 650 milhões de habitantes a sobreviver atualmente na pobreza. A pandemia está agravando os desafios estruturais devido à desigualdade, à informalidade e à baixa produtividade. Essa tendência poderia destruir mais de uma década de avanços em matéria de desenvolvimento.

Na América Latina e no Caribe, espera-se que o desemprego atinja cerca de 33 milhões de pessoas, afetando especialmente as mulheres e os jovens. Os governos da região realizaram esforços orçamentários sem precedentes para amortecer o impacto. A dívida pública aumentou em mais de 10 pontos, atingindo 79,3% do PIB. No entanto, a luta contra a pandemia e a estabilização da economia implicarão mais gastos em 2021.

A Comissão Europeia tem defendido uma iniciativa de recuperação mundial que vincule o alívio da dívida com o investimento nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, até o momento, a América



Latina e o Caribe receberam um apoio multilateral limitado. Isso ocorre porque os países de renda média não podem ser elegíveis para a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (ISSD) nem ao Marco Comum para o Tratamento da Dívida do G20.

Nesse contexto, a Comissão Europeia e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) defendem uma mudança de paradigma na cooperação para o

desenvolvimento, em consonância com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. As classificações baseadas exclusivamente em critérios de renda per capita não refletem toda a gama de vulnerabilidades multidimensionais, deficiências estruturais e necessidades de financiamento de um país. Não basta estabelecer a inclusão ou exclusão de países dos mecanismos de cooperação mundial, nem nessa crise nem nas crises associadas às mudanças climáticas, à degradação ambiental e à perda de biodiversidade.

A Comissão Europeia e a Cepal trabalharão no sentido de renovar o diálogo político birregional com vista a uma parceria renovada baseada em três pilares. Em primeiro lugar, avançar para modelos de desenvolvimento sustentável, com a igualdade no centro. A luta contra as mudanças climáticas e a transição para modelos sustentáveis de produção e consumo devem constituir uma prioridade de desenvolvimento.

Em segundo lugar, promover um sistema multilateral mais forte e mais inclusivo. Esse sistema deve incorporar mecanismos para facilitar o acesso ao financiamento para o investimento sustentável, o reforço do sistema de comércio baseado em regras e um compromisso renovado para com a ação climática.

Em terceiro lugar, para ser eficaz, a nossa parceria deve facilitar o acesso e o desenvolvimento de tecnologias verdes e digitais.

A América Latina, o Caribe e a Europa têm uma parceria de longa data. Partilhámos a convicção de que a cooperação e as parcerias são os principais instrumentos para superar os desafios mundiais. Chegou o momento de unir forças para construir um futuro melhor para todos.

O “boi de piranha” foi lançado na água. Passará o restante da boiada?

» LUIZ FERNANDO QUAGLIO
Especialista em ESG da Veedha Investimentos

No comando do Ministério do Meio Ambiente desde 2019, a gestão de Ricardo Salles foi marcada por índices recordes de desmatamento, desmonte de órgãos fiscalizadores, falas desastrosas e uma atuação digna de lobista profissional. Alvo de investigações pela Polícia Federal por suspeita de enriquecimento ilícito a partir de negócios com empresas envolvidas em extração ilegal de madeira, o mais danoso ministro do Meio Ambiente da história do Brasil pediu demissão. Porém alguns fatores são centrais para a compreensão do porquê de sua queda neste exato momento.

A forte pressão internacional sobre o tema ambiental se abateu sobre o governo após eleição do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden. Internamente, a fala de posse, em abril, do chanceler Carlos Alberto Franco França, e a recente sinalização do ministro da Economia, Paulo Guedes, para uma “retomada verde”, indicam uma recondução do alinhamento com os EUA que se apressa em colocar o Brasil nos trilhos e responder ao mundo como um “dissuasor” global no tema. É simbólico sinalizar que a Amazônia está protegida; que políticas outrora implementadas por Salles não terão mais espaço, ao passo que o governo norte-americano, agora “green”, exerce influência sobre o Brasil nesta segunda etapa de disputa comercial com chineses.

O período Salles também sempre reverberou no agronegócio exportador nacional, colocando-o como vilão para o mundo. Com a queda, há uma sinalização na direção de realinhar as políticas socioambientais brasileiras. Uma tentativa de resgate da imagem do país no exterior e mitigação de possíveis perdas de investimentos num momento crucial de recuperação econômica. Dado o cenário, uma tarefa complexa para o governo que atuou diretamente para a cons-

trução dessa imagem até aqui. No entanto, um desinvestimento do capital internacional em setores expostos a riscos ambientais, neste momento, seria mortal para a economia brasileira e um estrago ainda maior na popularidade do presidente Jair Bolsonaro a menos de um ano e meio das eleições.

Nesse xadrez político, a postura de Bolsonaro em relação a Ricardo Salles sempre foi de alinhamento pleno. Mesmo sob forte pressão, os pedidos de saída do ministro contrariavam o presidente, que o assegurou no cargo ao longo de dois anos e meio, mesmo em meio às maiores crises ambientais brasileiras. Do desmatamento recorde na Amazônia e no Pantanal ao derramamento de óleo no litoral em 2019, denúncias de ocupação em áreas de preservação, até mesmo o fatídico episódio de reunião ministerial em abril de 2020.

Em parte, o apoio irrestrito explica-se pela submissão de Salles ao atender aos interesses de setores que apoiam abertamente o governo e que, ao mesmo tempo, têm interesses específicos que variam entre alterações de leis de preservação e conservação, esvaziamento de órgãos fiscalizadores, produção e ocupação de terras indígenas, entre muitas outras agendas que vão na contra-mão de conquistas socioambientais históricas. No entanto, na atual conjuntura, a queda do ministro deriva de uma estratégia de minimizar danos futuros à sua candidatura. No mais, o pedido de demissão neste momento tem — para além de mudança de foco político em meio à CPI da Covid e escândalos de corrupção recentes referentes a operações de compra de vacina superfaturada — cheiro e cor de cálculo eleitoral.

O novo ministro anunciado, Joaquim Álvaro Pereira Leite, estava à frente da Secretaria da Amazônia e Serviços Ambientais, foi

secretário de Florestas e Desenvolvimento Sustentável e diretor do Departamento Rural. Ex-conselheiro da Sociedade Rural Brasileira, tem forte relação com a Frente Parlamentar da Agropecuária e elogiou publicamente, à época, o “passar a boiada” de Salles, o que pressupõe que guinadas radicais em direção a um projeto socioambiental consistente são improváveis. É possível que se vejam breves demonstrações e anúncios de curto prazo, mas nada estrutural. Há interesses de diversos setores que se sobrepõem, e o novo ministro não ficará isento de acomodá-los — pelo contrário.

Em aberto, ficam diversos questionamentos: como serão reestruturados os órgãos ambientais e de fiscalização do país? Quando será traçado um plano estratégico para atingimento da meta de neutralização de carbono até 2050 anunciada na Cúpula do Clima em março? Como fica a transição energética sob uma matriz limpa e renovável? Quando haverá engajamento em torno de uma política econômica da “floresta em pé”? E uma reestruturação institucional do “Enforcement” do Estado brasileiro para mitigar iniciativas predatórias no campo? E o PL 490, mais um retrocesso histórico aos povos indígenas e uma ameaça real em áreas de conservação? E o debate profundo sobre uma regulação que atenda as demandas de um mercado responsável?

É fundamental que se acompanhe os próximos passos de atuação da nova gestão e se verifique como serão endereçadas questões centrais na agenda do país que, neste momento, passam pelo Ministério do Meio Ambiente. A saída de Salles é um prefácio de uma queda precipitada. No presente, o reforço de que em questões socioambientais a materialização é infinitamente mais eficaz que a retórica. Para o futuro, quem segurará a boiada?

Visto, lido e ouvido

DESDE 1960

Circe Cunha (interina) // circacunha.df@dabr.com.br

Vacina contra ismos e istas

Analistas dos quatro quadrantes da política nacional aos poucos vão convergindo para uma avaliação consensual que os leva a crer que a próxima eleição para presidente da República, a ser realizada em 2 de outubro de 2022, mais do que um simples pleito rotineiro para a escolha do próximo chefe do Poder Executivo, significará um ponto de inflexão capaz de transformar a nossa remota democracia numa espécie de Frankenstein, que se voltará contra o próprio Estado Democrático de Direito e as liberdades individuais.

Trata-se aqui de mais uma encruzilhada histórica, preparada pela mão invisível de um destino que cuidamos de desenhar para nós mesmos, passo a passo. Isso se até lá não surgir uma alternativa que trafegue pela via racional do centro e do bom senso. Não no sentido de aglutinação de forças do conhecido e nefasto Centrão, capaz de tudo, mas de grupos comprometidos com a ética pública e com o futuro do país. E é aí que reside o perigo, uma vez que esse seria um passo possível apenas com uma qualificação do eleitor e de todo o processo eleitoral, o que, convenhamos, ainda é uma miragem.

Por certo, o vácuo deixado pela não realização de uma verdadeira e profunda reforma política pesará, neste instante em que a nação clama por um modelo que livre o Brasil do impasse maniqueísta em que parece ter mergulhado desde 2003, e que prossegue agora, na margem oposta desse rio de insensatez desde 2018.

Caso se confirme uma opção ou outra nessa disputa extrema entre cara e coroa, o que teremos será representado pela mesma moeda sem valor de face ou lastro, incapaz de honrar os custos e o preço de uma democracia pra valer. Colocada de modo estratégico no centro da ação política, como se fosse um agente ativo, capaz de direcionar as medidas adotadas pelo governo, o que é absolutamente falso, a população, que parece não perceber esse mecanismo maroto, utilizado pelos populistas, é usada apenas como massa de manobra e responsabilizada no final, por toda e qualquer medida tomada pelo presidente, mesmo as mais absurdas e prejudiciais.

É essa justamente a face cruel do populismo, seja ele de esquerda ou direita. A qualificação do eleitor seria o melhor caminho para impedir o avanço desses extremos fundados na exaltação de personalismos, que fazem falsamente desses indivíduos figuras muito acima de partidos e de ideias políticas, de modo a fundir seus nomes próprios à falácia de movimentos de transformação da sociedade. Daí o surgimento do Lulismo, Bolsonaro e outros ismos, a confundir a pessoa com alguns movimentos de transformação.

Para historiadores, a experiência popular de provar das maçãs verdes e vermelhas estaria inserida no próprio processo de aprendizagem de uma nação e seria necessário para uma evolução natural da sociedade democrática. Pelo sim, pelo não, o que se sabe é que, enquanto forças de centro democráticas não se apresentam, o caminho mais longo e seguro seria o investimento em educação de qualidade, sem ideologias, capaz de fornecer ao cidadão todo o potencial para o desenvolvimento da capacidade de reflexão, de modo que ele possa visualizar a realidade como ela é, não como querem que a vejam, podendo, assim, ser livre para agir. Essa é, por enquanto, a única vacina eficaz contra comunistas, fascistas e outros istas e ismos a nos infectar.

»» A frase que foi pronunciada

“Basta que o povo saiba que houve eleição. As pessoas que votam não decidem nada. As pessoas que contam os votos decidem tudo.”

Joseph Stalin

Muito estranho

» Já está na hora de o GDF tomar as rédeas dos serviços públicos. Usar a pandemia para não atender pessoalmente os cidadãos não se justifica mais. Se mercados, igrejas, escolas estão abertas, não faz sentido o cidadão precisar de um serviço e ter que sofrer com telefonemas que nunca são atendidos ou sites que nunca funcionam. A não ser que os impostos pagos pelos cidadãos tenham um desconto proporcional aos dias não trabalhados.

Vai entender

» Então, os espectadores passam uma hora inteira aguardando um show e a organização é multada, mas quem recebe o dinheiro pelo infortúnio da plateia é o Procon. Isso parece o tempo em que a nobreza terceirizava as penitências recebidas. Nesse caso, o público que pagou a entrada não recebe nada. O projeto é da deputada tucana Edna Henrique e recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Alexandre Frota, do mesmo partido. O texto ainda vai passar pelas comissões de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

»» História de Brasília

E mais: o hospital está situado exatamente na rua, na separação das duas quadras. O caso não vem sendo notado pela Novacap, que mandou passar o meio fio em frente à rua, em frente ao hospital. (Publicada em 02.03.1962)